

Jornal escolar: do letramento à cidadania

Rosana Cristina da Cunha

UNICAMP

Resumo

Acreditando na necessidade da proposição de métodos de trabalho que possam traduzir, efetivamente, o espírito norteador das novas propostas de ensino-aprendizagem, consubstanciadas em documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), entre outros, exponho, neste artigo, a viabilidade de se trabalhar, na escola, com a produção do jornal escolar como recurso para mobilizar – a partir das práticas sociais e dos interesses de seus participantes – todo um raio de ações visando desde o letramento do aluno até a sua formação, enquanto indivíduo crítico, participativo e cidadão, que se concebe como conhecedor - e agente - de direitos e deveres, dentro e fora da escola

Palavras-chaves: jornal escolar, ensino crítico, letramento, cidadania, currículo.

Abstract

There is a need for concrete methods of work that can effectively translate the spirit of the new teaching-learning proposals in official policy documents such as the National Curricular Parameters (PCN, 1997) and the Law of Directives and Bases for National Education (LDB, 1996), among others. In this paper, I point out ways to work with the school newspaper, using social practices as a starting point and considering the participants' interests and practices. The school newspaper can be a resource used for mobilizing a wide range of actions able to develop students' literacies and to increase their critical language awareness, so that they can see themselves as agents of rights and duties, inside and outside the school.

Key words: school newspaper, critical language awareness, literacy, citizenship, curriculum

INTRODUÇÃO

Letramento situado, ensino contextualizado, projetos pedagógicos, práticas autênticas, educação humanizada; estes são alguns termos com que sobretudo linguistas

aplicados, educadores, professores e estudiosos dessas áreas têm se deparado muito amiúde nos últimos anos. Fundamentam-se, na verdade, em novas concepções de ensino ou propostas que vêm tentando suscitar reflexões e promover debates na expectativa de vislumbrar novos rumos para uma prática educacional diferente: mais humana, cooperativa, significativa e situada.

Tudo isso na contramão da educação concebida nos moldes da globalização, da competição, do utilitarismo e da universalidade, que é, em última instância, o modelo de educação que se tem reproduzido nas nossas sociedades e que, a cada dia que passa, representa muito mais uma sistemática de opressão, castração e submissão das, antes, livres e criativas mentes de nossas crianças e adolescentes.

Dentre os problemas da cultura moderna, a escola era, para Herman Hesse (apud Alves, 2000), o único que ele levava a sério; pois esta, mais do que construir, destruíra; mais do que fazer nascer, matava! Posição não muito distinta encontramos em Nietzsche, que via o que era realizado nas escolas como “um treinamento brutal, com o propósito de preparar vasto número de jovens, no menor espaço e tempo possível, para se tornarem usáveis e abusáveis, a serviço do governo” (apud Alves, 2000). Nota-se, pois, que este pensamento que associa escola a sofrimento, a opressão, não é uma característica da modernidade. Talvez outras tenham sido as motivações que levaram um dos mais brilhantes pensadores do mundo ocidental a tal afirmação. Entretanto, certamente, nunca como nos nossos tempos, a escola tradicionalista esteve tão distanciada, tão alheia, tão insensível àquilo que representa, de fato, os interesses, os desejos, as aspirações e as motivações de seus alunos.

No documentário “Pro dia nascer feliz” (Jardim: 2006), que faz um apanhado da lamentável realidade escolar brasileira, em que professores extenuados, estressados e desrespeitados (pelas instituições, sobretudo) convivem com alunos desinteressados, desmotivados e rebeldes, vemos um desabafo de uma professora de São Paulo, que é tão realista quanto provocador: “esta escola que está aí é uma escola ultrapassada, de séculos passados... jamais vai conseguir interessar ao aluno da atualidade. A realidade lá fora é muito mais interessante!”. Na verdade, essa constatação já vem sendo denunciada em inúmeros estudos acadêmicos, que têm, felizmente, encontrado eco nos documentos oficiais elaborados pelas instituições educacionais competentes.

Assim, temos visto, com certo entusiasmo e comedido otimismo, esses documentos orientarem para uma educação sedimentada em concepções emancipadoras, humanísticas e situadas das práticas de ensino. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) constituem exemplos de documentos oficiais que têm delineado um sistema de ensino renovado, em quase tudo diferenciado do tradicionalista. Entretanto, o que a todo momento se denuncia é a dificuldade em transplantar esses preceitos inovadores e renovadores para a realidade prática da sala de aula. Assim, apesar da legitimidade do discurso oficial, não raro, os professores ainda se deslocam trôpegos por um caminho sobre o qual poucas luzes foram lançadas, já que os instrumentos, métodos e recursos a serem mobilizados para essa nova concepção de ensino ainda se revelam muito incipientes no meio escolar.

Acreditando na necessidade - para não dizer urgência - de lançar mão de métodos de trabalho que possam traduzir, efetivamente, o espírito norteador dessas novas propostas de ensino-aprendizagem, busquei verificar a viabilidade de se trabalhar, na escola, com a produção do jornal escolar como recurso para mobilizar – a partir das práticas sociais e dos interesses de seus participantes – todo um raio de ações visando desde o letramento do aluno até a sua formação, enquanto indivíduo crítico, participativo e cidadão, que se concebe como conhecedor – e agente – de direitos e deveres, dentro e fora da escola. Buscando inspiração no educador francês Celestin Freinet, considerado o idealizador do jornal escolar como ferramenta pedagógica, dei início, em meados de 2006, ao projeto de produção do jornal escolar, em uma escola estadual do interior de São Paulo, em colaboração com uma professora de Língua Portuguesa.

Ao longo desse período, tenho verificado que a produção do jornal escolar, ao tomar como ponto de partida as práticas sociais, oportuniza e estimula uma infinidade de ações, de experiências e de vivências, entre os vários atores envolvidos (alunos, professoras, pesquisadora, funcionários da escola), que irão enriquecer e favorecer o processo de ensino-aprendizagem. Assim, cada uma das atividades é parte indissolúvel de um processo, cujo resultado – a publicação do jornal – é, como bem lembra Ijuim (2005), menos importante, mas nem por isso pouco importante, do que o próprio processo. É no percurso, no trajeto,

no caminhar, que vão se imprimindo as várias *histórias* de que o jornal se constitui: histórias de alunos, de professores, de pesquisadores, de gente que forma e é formado; de pesquisador, de professor, de aluno, que ensina e que aprende; tudo ao mesmo tempo!

O que se pretende por meio desta pesquisa é, acima de tudo, contribuir para a reflexão da necessidade premente de se ampliar o atualmente restrito leque de ferramentas e recursos metodológicos com que se trabalha nas salas de aula brasileiras. E, ao mesmo tempo, da importância de tornar tais mecanismos pedagógicos mais eficientes, interessantes e significativos, de tal forma que possam refletir ou, ao menos, considerar as práticas sociais dos novos tempos, em sintonia com cada realidade localizada.

O JORNAL ESCOLAR NA CONCEPÇÃO DE FREINET

Já na introdução do livro *O Jornal Escolar*, o educador francês Celestin Freinet faz uma espécie de prognóstico sobre o obsolescência dos métodos de ensino utilizados até então e alerta para a necessidade de se atualizar tais métodos, adequando-os aos novos tempos e às novas demandas. Freinet (1974:12) faz questão de ressaltar a resistência que tais mudanças provocam e as dificuldades para implementá-las:

A técnica dos manuais, dos deveres e das lições, está hoje ultrapassada, como o foi a técnica do manuscrito e da pena de pato. Porém, os velhos hábitos, inscritos no modo de vida e na tradição, obstinam-se em sobreviver (...) Em educação, a revolução é ainda mais lenta e laboriosa do que nas outras técnicas de trabalho; as pessoas têm tendência em impor às gerações que se lhes seguem os mesmos métodos que as formaram, ou deformaram. A cultura tradicional continua obstinadamente baseada num passado caduco e trava as forças inovadoras que dinamizam o avanço.

Acreditando que a modernização escolar deveria passar, necessariamente, por uma mudança não só de paradigmas, mas também dos próprios métodos e *utensílios* de trabalho escolar, Freinet (1974: 13) propõe, ao lado dos pedagogos pertencentes à chamada *Escola Moderna* da qual é precursor, um novo método de ensino baseado em alguns pilares, dentre os quais destacam-se o texto livre – “expressão natural inicial da vida infantil” – e “a observação e a experiência como fundamentos indispensáveis das aquisições de conhecimento”. E, para viabilizar tal método, propõe o “jornal escolar” como “utensílio de

trabalho” capaz de prover a “motivação superior” para alimentar a expressão livre, a observação e a experiência.

Ao defender o jornal escolar como técnica de ensino, Freinet faz referência a outro aspecto que tem sido, até hoje, objeto de crítica de educadores e estudiosos da linguagem: o fato de que a redação escolar é um texto artificial, sem sentido e com nenhum propósito além do de ser avaliado. Freinet (1974: 21) assevera que:

Se numa aula a redação não serve senão para ser corrigida e classificada pelo professor, se este está persuadido de que a criança não sabe pensar pela sua cabeça nem é capaz de criar e que precisa de se alimentar das riquezas do professor, este receberá sempre “os deveres”, mas nunca terá “obras” susceptíveis de serem o testemunho de uma personalidade.

Freinet faz questão de ressaltar que o jornal escolar não deve ser uma mera imitação nem substituto dos “jornais dos adultos”, mas sim uma produção original, com suas normas e leis próprias, ainda que com suas eventuais imperfeições. Mas também enumera algumas regras que devem orientar sua produção: a) o jornal deve ser bem impresso; b) o texto deve ser ajustado, com simetria de linhas; c) é preciso cuidado com a composição de cada página; d) o texto deve estar livre de incorreções ortográficas e gramaticais; e) o jornal deve ser ilustrado (Freinet, 1974: 47-48).

E, quanto ao conteúdo, alerta que o ponto de partida não são os desejos, o pensamento ou a ordem dos adultos, mas os verdadeiros interesses dos alunos. Como se verá ao longo deste texto, esse será um dos principais aspectos defendidos nessa análise, ou seja, a importância de se tomar como ponto de partida as práticas sociais dos próprios alunos, escritores e produtores do jornal escolar, como substrato para a elaboração dos textos a serem publicados no jornal. Em vez de considerar como nulos os hábitos de vida e os costumes que são, afinal de contas, determinantes de todo o comportamento social, o método Freinet, ao contrário, parte justamente da realidade de cada aluno. Suas histórias, suas vivências, suas experiências é que irão inspirar toda a produção escolar, em especial, a produção do jornal.

Ao falar sobre as vantagens do jornal escolar, Freinet relaciona uma larga série de virtudes que caracterizam a utilização desse “utensílio” de trabalho escolar, e faz questão de

destacar a preocupação com a formação humana e cidadã que permeia todo o seu método, lembrando que o jornal não deve estar a serviço de uma pedagogia escolástica que lhe diminuiria o alcance. Freinet (1974: 78) dizia que “para além destes embriões de noções científicas e de aquisições – que todavia não desprezamos – pensamos influir de uma forma determinante sobre a **formação profunda dos indivíduos, sobre a sua capacidade geral de melhor cumprir a sua função de homens e cidadãos**” (grifos meus e não de Freinet). Segundo ele, essa preparação dos futuros cidadãos é feita a todo tempo no processo de elaboração do jornal escolar: pela preparação individual e coletiva de cada página, pelo voto regular que decide da escolha dos textos, pela organização cooperativa necessária ao trabalho e pela redação e difusão do jornal. Este aspecto, o da formação crítica e cidadã por meio do jornal escolar, constitui um dos principais pilares da nossa pesquisa, e sobre ele passarei a falar em seguida.

O JORNAL ESCOLAR E A FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO

Nos últimos anos, cada vez mais documentos oficiais (PCN, LDB e PCNEM) vêm endossando o discurso acadêmico-educacional da necessidade e importância do compromisso explícito do professor com a formação do cidadão crítico, consciente e participativo. Já na mensagem de abertura dos PCNs de Língua Portuguesa (1^a a 4^a série), dirigida aos professores pelo então Ministro da Educação, avistamos a reprodução desse discurso (1998:05):

Nosso objetivo é auxiliá-lo na execução de seu trabalho, compartilhando seu esforço diário de fazer com que as crianças dominem os conhecimentos de que necessitam para crescerem como cidadãos plenamente reconhecidos e conscientes de seu papel em nossa sociedade (...) é apontar metas de qualidade que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como **cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres**. (grifo meu).

Sendo assim, o consenso do meio acadêmico de que o ensino deve preparar para o exercício da cidadania¹ já ecoa não só nos documentos oficiais, mas também nos projetos político-pedagógicos da maioria das escolas brasileiras. Entretanto, os caminhos para se trabalhar sob essa perspectiva, bem como os instrumentos, métodos e recursos a serem mobilizados para isso, ainda se revelam muito incipientes no meio escolar.

Nesta análise, postulo a viabilidade de se trabalhar, na escola, com a produção do jornal escolar como recurso para mobilizar uma série de ações visando à promoção, no aluno, da consciência crítica dos usos da linguagem no mundo e da sua formação enquanto ser participativo e agenciador em questões que lhes dizem respeito, dentro e fora da escola. Ao promover a função social da escrita, uma vez que textos são produzidos, não para serem avaliados, mas para serem lidos pelo público leitor do jornal (e não apenas pelo professor), a produção do jornal escolar contribui com os processos de ensino-aprendizagem que a escola conduz, sobretudo com o letramento² do aluno.

Entretanto, tal letramento não se baseia no ensino de gêneros soltos, abstraídos de seus usos, o que invocaria, segundo Bazerman (2006:10) “todos os problemas de motivação, atenção, compreensão, aplicação e transferência que surgem quando se tenta ensinar um assunto a alguém, sem considerar o interesse, o envolvimento, a experiência e a atividade dessa pessoa”. Antes, parte da prática social, na medida em que são os interesses e preocupações dos próprios alunos que norteiam as suas práticas de escrita e todo o processo que culminará na elaboração e publicação de seus textos.

O CONTEXTO DE PESQUISA

Os dois números do jornal escolar, objetos da nossa pesquisa de campo, foram produzidos por diversas turmas – a maioria de ensino médio – de uma escola pública do

¹ Por cidadania entendemos, nos termos da definição de Dimenstein (1998), a síntese das conquistas dos direitos obtidos pelos homens, orientados por um princípio básico: todos são iguais perante a lei, independente de raça, cor, sexo, religião e nacionalidade. Segundo esse autor, o conceito de cidadania hoje está também ligado à promoção de ações que garantam igualdade de oportunidades, assegurando a todos educação, saúde e nutrição.

² Em relação ao termo “letramento”, adotamos a definição de Kleiman (1995:19), que o conceitua “como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos para objetivos específicos”.

interior paulista (E.E.PX³), em uma pesquisa colaborativa que propus em parceria com uma professora (M.S.) de Língua Portuguesa.

Embora o contato com a Escola tenha se realizado já no primeiro semestre de 2006, por meio de reuniões com um grupo⁴ de professores-formadores da Universidade de Campinas, a primeira parte da pesquisa realizou-se durante todo o segundo semestre daquele ano. Ao final desse período, tivemos a publicação do primeiro número do Jornal da E.E.P.X, composto de 12 páginas coloridas, em papel-jornal e formato “tablóide”. A segunda parte da pesquisa realizou-se durante todo o primeiro semestre de 2007, culminando com a publicação do segundo número do Jornal da E.E.P.X, em 25 de junho de 2007, no mesmo formato anterior e com o mesmo número de páginas (12), sendo 4 coloridas e 8 em preto-e-branco.

Os processos de elaboração dos dois jornais foram marcados por diferenças significativas, já que, no primeiro número, apenas uma turma elaborou praticamente todas as matérias. Já no segundo número, a professora M.S. fez questão de trabalhar com mais turmas, a fim de dar oportunidade para mais alunos participarem. Trabalhou com 4 turmas e ainda conseguiu a adesão de outras duas professoras, cujos alunos também contribuíram com textos. Outro aspecto diferenciador é que, na primeira parte da pesquisa, eu, como pesquisadora, coordenei todo o processo de elaboração do jornal, tendo sido assistida pela professora-colaboradora; ao passo que, na segunda parte da pesquisa, ocorreu o inverso: a professora M.S. é que foi “protagonista” do processo, enquanto que eu participei mais indiretamente, dando apoio estrutural, fazendo sugestões e revisando os trabalhos.

Tanto o processo de elaboração quanto o produto obtido (os textos produzidos) revelaram uma infinidade de possibilidades de se abordar questões interessantes e motivadoras da formação crítica dos alunos e da ampliação e aprimoramento de seus letramentos. Paralelamente, a atividade, embora laboriosa à primeira vista, já que inovadora naquele ambiente escolar, abriu à professora participante novos horizontes para se trabalhar a linguagem, especialmente a produção escrita dos alunos, revelando-lhe maneiras mais

³ O nome e sigla da Escola serão aqui alterados, bem como os nomes dos participantes da pesquisa, a fim de preservar sua identidade e privacidade.

⁴ Trata-se do grupo pertencente ao projeto “Letramento do Professor”, coordenado pela Dra. Angela Kleiman, Professora do Departamento de Linguística Aplicada da Unicamp.

significativas e interessantes de ensinar a língua e de, ao mesmo tempo, inserir-se nos propósitos largamente enfatizados no ambiente escolar e elencados nos documentos oficiais: currículos, programas, parâmetros curriculares etc.

AS PRÁTICAS SOCIAIS COMO PONTO DE PARTIDA PARA O ENSINO CRÍTICO DA LINGUAGEM

Canagarajah (2000:14), no texto “Adopting a critical perspective on pedagogy”, clama os educadores a reconceituar construtos como conhecimento e ensino e a adotar uma perspectiva mais crítica para orientar suas práticas pedagógicas. A essa nova perspectiva, o autor denomina Pedagogia Crítica (*Critical Pedagogy*), que, segundo ele, se norteia por vários princípios como os de que o conhecimento é pessoal, situado, cultural, negociado, ideológico e político.

Da mesma forma, Fairclough (1992:03), em sua obra “Critical Language Awareness”, defende o conhecimento crítico da linguagem como “um pré-requisito para uma efetiva cidadania democrática”, que deveria ser vista como um “entitramento” para a cidadania, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de crianças em direção à cidadania no sistema educacional”. Ao criticar o ensino da linguagem focalizado apenas em treinar habilidades linguísticas, Fairclough (1992:06) enfatiza a necessidade de um componente crítico nesse ensino, que relacione as práticas de linguagem às relações sociais e de poder que lhes subjazem; sob pena de, em assim não fazendo, falhar o professor em sua responsabilidade de educador. Fairclough (1992:06) destaca que “as pessoas não podem ser efetivos cidadãos em uma sociedade democrática se sua educação as priva de uma consciência crítica de elementos-chaves dentro de seu ambiente físico ou social”. Para ele, o desenvolvimento de um conhecimento crítico do mundo e das possibilidades para mudá-lo deve ser o principal objetivo de toda educação, inclusive da educação linguística.

Nessa mesma perspectiva, Bazerman (2006:10) defende o potencial das práticas educacionais, sobretudo o ensino da linguagem escrita, para ajudar as pessoas a aprenderem a ser participantes competentes nas sociedades letradas complexas e a serem agentes sociais efetivos. Para esse autor, a escrita é imbuída de agência, e o caráter dinâmico, interativo e

agente do uso dos gêneros escritos possibilita às pessoas realizar coisas através da escrita em um mundo em mudança. Bazerman (2006:11) acredita que

se reconhecemos os estudantes como agentes, aprendendo a usar criativamente a escrita dentro das formas interacionais tipificadas, mas dinamicamente cambiantes que chamamos de gêneros, eles virão a entender o poder da escrita e serão motivados a fazer o trabalho árduo de aprender a escrever efetivamente.

O autor critica as condições tradicionais de ensino da escrita, segundo as quais as habilidades da escrita parecem estar ligadas apenas às instituições e aos fins da escolarização, “o que pode levar as pessoas a pensar que toda escrita é como a escrita da escola. Esse pensamento se destaca como um obstáculo à introdução dos alunos nos muitos usos da escrita com propósitos outros que não os da escrita da escola”. (Bazerman, 2006:13). Condena ainda o grande peso das tradições e ferramentas apresentadas aos alunos, que lhes concedem pouco espaço para que possam, sozinhos, contribuir significativamente.

Já no início do processo da elaboração do jornal, que correspondeu à definição das seções e dos temas para o jornal, foram surgindo questões e problemas levantados pelos alunos que, como é natural em um processo como o que conduzimos, não poderiam ter sido antecipados e que, como se tratava de assuntos diretamente ligados à cultura e à prática social dos próprios alunos, muito facilmente deixariam de ser cogitados por nós, professores que guiávamos as atividades. Esse aspecto, que vai ao encontro de vários princípios da Pedagogia Crítica, como o de que o conhecimento é pessoal, é situado e é negociado, foi um dos pontos mais importantes da pesquisa. Foi lançando mão da prática social de produzir um jornal e, ao mesmo tempo, levando em conta as práticas sociais dos alunos, que o processo de elaboração do jornal se deslanchou e continuou a desenvolver dinamicamente.

Deixar que os próprios alunos fossem delineando e construindo os objetos de suas reportagens, notícias, entrevistas, artigo de opinião etc, foi determinante para alcançar o considerável grau de envolvimento e interesse obtidos, a ótima qualidade dos debates realizados, e a satisfação (tanto dos alunos leitores e, sobretudo, a dos produtores) com relação ao resultado alcançado ao final dos três meses de trabalho. A experiência veio a

confirmar o postulado por Kleiman (2006:25), ao dizer que “são as situações sociais, com objetivos sociais e com modos sociais de interação, as que determinam, em grande medida, os tipos de atividades que podem ser realizadas, que tipo de contextos podem ser construídos pelos participantes, quais são as interações possíveis”.

Ao mesmo tempo, o jornal permitiu trabalhar com o gênero textual/discursivo dentro de uma dimensão contextualizada, ou seja, a partir da prática social dos alunos, nos moldes do que preceitua Bazerman (2006:10), ao enfatizar a necessidade de que o gênero seja ensinado não como um construto formal, abstraído de seus usos, mas “como ação tipificada pela qual podemos tornar nossas intenções e sentidos inteligíveis para outros”.

Posição semelhante é a defendida por Kleiman (2006:33), quando diz que “é a prática social que viabiliza a exploração do gênero, e não o contrário”. Segundo essa autora, a elevação do gênero a simples elemento estruturante do currículo pode resultar na sobreposição de mais um conjunto de descrições metalingüísticas a ser aprendido, em vez de resultar no acréscimo de uma matriz sócio-histórica que guie as ações dos alunos. Dessa forma, a produção de cada um dos gêneros jornalísticos foi impulsionada, antes de tudo, pela prática social dos alunos.

AS POTENCIALIDADES DO JORNAL ESCOLAR COMO RECURSO DIDÁTICO

Apesar das dificuldades enfrentadas, o projeto de elaboração do jornal escolar revelou-se bastante exitoso e produtivo, por vários motivos, entre os quais destacaria os dois seguintes:

a) A promoção da função social da escrita, a partir das práticas sociais dos próprios alunos, fugindo, assim, à arraigada tradição do ensino da escrita de uma forma descontextualizada, vazia, mecanizada, em que o aluno escreve apenas para a avaliação do examinador. Nessa perspectiva, o aluno escreve sobre assuntos que lhe interessam e/ou dizem respeito, sabendo que seu texto será muito mais do que um conjunto de palavras submetido à correção, pois será, efetivamente, lido por outros alunos, como ele, e por outras pessoas, que não apenas o professor. Nessa ótica, Bazerman (2006; 18) aponta que “se colegas, família e amigos constituem a audiência, a escrita constrói identidade, relações

e compreensão mútua”. Outro aspecto é que, ao partir das práticas sociais dos alunos, o grau de envolvimento e interesse dos alunos é bastante ampliado. No nosso caso, por exemplo, havia um grupo de três alunos, normalmente estigmatizados de desinteressados, dorminhocos e dispersos. Tratava-se de três esportistas que sempre participavam dos campeonatos da escola e que, na opinião generalizada da turma, não “gostavam” de estudar. Entretanto, no projeto do jornal, já no início do processo, esses alunos pediram para cuidar da sessão de esportes. Pesquisaram sobre o assunto, conseguiram fotos, fizeram entrevistas com outros atletas e, ao final do projeto, elaboraram uma notícia e uma reportagem esportivas; a primeira sobre o campeonato de futebol (V. Anexo 1) de que participaram e outra sobre Mountain Bike, outro esporte de que gostavam. Não se trata, aqui, de alunos que se “transformaram” de uma hora para outra, que, de “desinteressados” passaram a “disciplinados”; a verdade é que, de alguma forma, eles se envolveram mais com o tema sobre o qual escreveram, porque este pertencia ao domínio de suas práticas sociais. Esse fato revela como tomar a prática social (que é diferenciada em relação a cada aluno, ou, pelo menos, a cada grupo de alunos) como ponto de partida pode dinamizar o processo da escrita e dar-lhe um sentido mais significativo e interessante, e como o jornal escolar, pelas múltiplas temáticas que lhe são constitutivas, pode fomentar e materializar todo o processo.

b) A abordagem interacional e social do gênero. Ao trazer a escrita jornalística para a escola, trabalha-se numa ótica da visão interacional de gênero (Bazerman, 2006), fazendo com que mais tipos de escrita se tornem significativos para os alunos. Ao mesmo tempo, esse tipo de escrita estimula a agência social, pois, como sustenta Bazerman, a abordagem social do gênero transforma-o em uma ação social, e assim em uma ferramenta de agência. Para esse autor:

Uma visão social da escrita (...) pode nos ajudar a desenvolver uma pedagogia que ensine aos alunos que gêneros não são somente formas textuais, mas também formas de vida e de ação. Eles [os alunos] encontrarão sua agência não na concorrência com os textos autoritários da escola, mas na contribuição para o diálogo da sala de aula, na promoção de projetos locais, no engajamento da vida de suas comunidades. Assim, os alunos verão não somente sua escrita influenciando pessoas e projetos que os cercam, mas serão motivados a buscar mais recursos para serem ainda mais efetivos(...) O truque na sala de aula é tornar viva aquela agência para os alunos, para que eles percebam que a escrita é uma poderosa ferramenta para a formação e o desempenho de intenções em todas as esferas de atividade. (Bazerman, 2006:19)

No nosso caso, essa agência foi verificada, por exemplo, quando, por meio do debate regrado realizado na sala de aula sobre a proibição do uso do boné⁵ na Escola e do Artigo de Opinião (v. Anexo 2) produzido pelos alunos sobre esse assunto, estes acabaram “pressionando” a direção da escola para abrir um espaço de discussão com vistas a rever a regra da qual discordavam e pela qual se sentiam prejudicados. Isso de fato aconteceu, já que, embora não concordasse com o posicionamento dos alunos, a diretora concordou em retomar o assunto no ano seguinte (já que não era possível alterar a regra àquelas alturas do ano letivo) para rediscutir o teor da regra e eventualmente alterá-la, conforme os alunos reivindicavam. Vale ressaltar que, durante o período de execução do projeto, alguns alunos manifestaram insatisfação pela dificuldade de estabelecer um diálogo com a direção da escola quando queriam fazer suas reivindicações. Entretanto, quando perguntados, em uma entrevista escrita, sobre se achavam que algo mudaria na escola após o jornal, uma das respostas mais recorrentes foi a de que o jornal mudaria e/ou facilitaria o diálogo com a direção da escola e que, por meio do jornal, a voz dos alunos seria mais ouvida e/ou respeitada. Isso revela certa consciência pelos alunos do “poder da escrita” (Bazerman, 2006), enquanto “ferramenta para a agência”. Demonstra um fortalecimento sentido pelos alunos, ao vislumbrarem no jornal um instrumento para expressar seus pontos de vistas, para fazer reivindicações e para estabelecer um canal de comunicação com a direção da escola.

Além desses dois fatores, outro ponto que considero de grande importância é a possibilidade que o jornal escolar oferece, enquanto recurso didático, de incentivar e promover o desenvolvimento da capacidade de trabalho em grupo. Praticamente todas as atividades foram realizadas em grupo, desde o início das atividades preparatórias e essa sistemática se mostrou bastante produtiva. Assim, quando da definição das seções, cada grupo escolheu, tão democraticamente quanto possível, a seção que preferia desenvolver, levando em conta, de forma geral, as afinidades dos membros do grupo. Acredito que isso tenha possibilitado também uma integração maior entre nós professoras e os alunos, e entre eles entre si; não só dentro do mesmo grupo, mas também entre grupos diferentes, já que,

⁵ No início do ano escolar, a direção da Escola determinou a proibição do uso do boné no recinto da escola.

em alguns momentos, membros de um grupo deram algum tipo de auxílio ou sugestão a outro grupo. Na entrevista escrita, um aluno, bastante tímido na sala de aula, assinalou o trabalho em grupo como o aspecto mais positivo durante a elaboração do jornal.

Finalmente, acredito ser importante destacar o fato de que o jornal escolar permite que tanto o trabalho dos alunos quanto o dos(as) professores(as) possam ganhar visibilidade e reconhecimento. Esta é, por sinal, uma das grandes vantagens pedagógicas do jornal escolar, segundo Freinet (1974), que ressaltava a capacidade do jornal em materializar o esforço tanto do professor quanto do aluno e de tornar o produto desse esforço conhecido dos leitores, podendo vir mesmo a ultrapassar os meios escolares e alcançar outros meios sociais. Isso revela também a potencialidade desse recurso didático em fomentar a agência dos alunos para atuarem não apenas dentro da escola, mas até mesmo além dela.

POR UMA ORIENTAÇÃO CRÍTICO-REFLEXIVA DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Há uma corrente emergente entre alguns estudiosos da linguagem, sobretudo entre os linguistas aplicados, no sentido de incorporar aos estudos linguísticos teorizações de outras ciências, notadamente as ciências sociais e as humanidades. Em relação às pesquisas em Linguística Aplicada, Moita Lopes (2006:21) credita essa necessidade ao fato de que “uma área de pesquisa aplicada, na qual a investigação é fundamentalmente centrada no contexto aplicado (...) onde as pessoas vivem e agem, deve considerar a compreensão das mudanças relacionadas à vida sociocultural, política e histórica que elas experienciam”.

Fabício (2006:49) postula também a adoção de uma postura mais crítica no campo dos estudos linguísticos, com uma orientação explícita voltada ao desenvolvimento de uma *agenda política*, de uma *agenda transformadora/ intervencionista* e de uma *agenda ética*, decorrente da idéia de que nossas práticas discursivas envolvem escolhas que têm impactos diferenciados no mundo social e nele interferem de formas variadas. Segundo Fabício (2006:49),

vem ganhando vulto na área, desde os primeiros estudos em análise crítica do discurso (...) o desenvolvimento de uma orientação crítico-reflexiva que trabalha na investigação de como a linguagem opera no mundo social e no exame das questões que afetam diretamente a sociedade contemporânea.

10.17771/PUCRio.PDPe.14742

doi

Numa perspectiva semelhante, Rajagopalan (2006:156) advoga a necessidade da construção de conhecimentos mais responsivos à vida social em tempos pós-modernos, e critica a linguística teórica por sua falta de preocupação com o mundo social e com os conhecimentos, crenças e visões que as pessoas têm sobre a linguagem. Em consonância com os princípios da Pedagogia Crítica (PC), Rajagopalan (2006:163) defende a Linguística Crítica (LC), que se coloca em rota de colisão com a chamada linguística *mainstream*, na medida em que nega o princípio neopositivista da “neutralidade” do cientista, preocupa-se com a natureza social do fenômeno linguístico e lhe confere uma dimensão política, reconhecendo no pesquisador um potencial (e uma conseqüente responsabilidade ética) para interferir na realidade que aí está.

Embora esta pesquisa ainda não esteja concluída, acredito que as idéias dos autores acima têm inspirado – e devem continuar a fazê-lo – a concepção e o desenvolvimento dessa pesquisa. Adotar uma postura crítico-reflexiva em relação às atividades desenvolvidas e ter consciência do papel do pesquisador como agente motivador de ações para interferir na realidade dos participantes da pesquisa são, sem dúvida, questões que me acompanham nesse processo e com as quais me vejo intimamente comprometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de o jornal escolar ainda ser um recurso pedagógico pouco utilizado na maioria das escolas brasileiras, trata-se de uma “ferramenta” já bastante consolidada em outros países, tais como França e Portugal. Nesses países, tem sido dada grande ênfase e incentivo ao jornal como recurso pedagógico, havendo mesmo aporte de recursos públicos destinados à sua produção. Também a realização de concursos de jornais escolares e de sua exibição em museus são indícios do reconhecimento dessa prática pedagógica como válida e eficaz no processo de ensino-aprendizagem.

No Brasil, já se tem notícia de alguns trabalhos – embora poucos – que vêm sendo feitos a partir da produção do jornal escolar. Esses trabalhos vêm mostrando – e neles incluo esta pesquisa – o grande potencial desse recurso para mobilizar todo um raio de ações e uma rede de significações que enriquecem enormemente o seu processo de produção.

Assim, a produção de um jornal na escola propicia desde o trabalho com o letramento do aluno, por meio da escrita – e leitura – de textos por eles mesmos produzidos, até a sua formação crítica e cidadã, fazendo do processo de aprendizagem algo muito mais significativo e situado. Enxergo, pois, no jornal escolar um recurso precioso, que, por sua amplitude, flexibilidade e criatividade, torna o processo de ensino-aprendizagem muito mais rico, dinâmico e participativo.

REFERÊNCIAS

Alves, R. (2000) *A alegria de ensinar*. 7ª ed. Campinas: Papirus.

Bazerman, C. (2006) *Gênero, agência e escrita*. São Paulo: Cortez.

Canagarajah, A. S. (2000) Adopting a critical perspective on pedagogy. In: Canagarajah, A. S. *Resisting linguistic imperialism in language teaching*. Oxford: Oxford University Press.

Dimenstein, G. (1998) *Aprendiz do futuro – Cidadania hoje e amanhã*. 5. Ed, São Paulo: Ática.

Fabício, B. F. (2006) Linguística aplicada como espaço de desaprendizagem: Redescrições em curso. In: Moita Lopes, L. P. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola.

Fairclough, N. (1992) *Critical language awareness*. New York: Longman Publishing.

Freinet, C. (1976) *O Jornal escolar*. Lisboa: Estampa.

Ijuim, J. K. (2005) *Jornal escolar e vivências humanas. Um roteiro de viagem*. Bauru: EDUSC; MS: Ed. UFMS.

Jardim, J. (2006) *Pro dia nascer feliz*, documentário, 88 min., Estúdio Ravina Filmes/ Fogo Azul Filmes, Brasil.

Kleiman, A. (1995) *Os significados do letramento: Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras.

_____. (2006) Leitura e prática social no desenvolvimento de competências no ensino médio. In: Bunzen, C. & Mendonça, M. *Português no ensino médio e formação do professor*. São Paulo: Parábola.

Moita Lopes, L. P. (2006) *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola.

Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1998), Vol II, Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental. Brasília/ DF: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Fundamental/ Programa Fundescola.

Rajagopalan, K. (2006) Repensar o papel da Linguística Aplicada. In: Moita Lopes, L. P. *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola.

A AUTORA

Rosana Cristina da Cunha é mestre em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Sua área de atuação compreende, principalmente, o ensino de língua materna com foco no ensino de língua escrita. Para o desenvolvimento de sua pesquisa de campo, bem como para a análise dos dados gerados, utiliza como pilares os conceitos dos Estudos do Letramento e a noção de projetos, cujas abordagens tomam como ponto de partida para o letramento escolar as práticas sociais que circundam o contexto de ensino-aprendizagem.

E-mail rosanadacunha@gmail.com

Anexo 1 – Notícia produzida pelo Grupo “Esportes” e publicada no Jornal Escolar

**DECEPÇÃO NO CAMPEONATO FRANCISCANO DE FUTSAL
(J.L, G.V, A.M)**

No dia 18 de outubro, a escola EEPX enfrentou a EEPB pelos Jogos Franciscanos, organizados pela Universidade São José⁶ (USJ).

No dia do jogo, houve muitos imprevistos, como atrasos de jogadores importantes, jogadores que se machucaram durante a partida (o pivô J. L e o ala Gustavo), e outros fatos que influenciaram na derrota da EEPX.

“O time da escola P.X. se comportou muito mal”, declarou o torcedor B.F.O., do 3º B. “Não foi o esperado; esperava um pouco mais do time; faltou espírito esportivo, garra e dedicação”, acrescentou. E com isso o time do P.B. soube aproveitar o nervosismo dos jogadores do P.X. e ganharam com o placar de 5x2.

Com a vitória, o time do P.B. continua no campeonato e o P.X. se despede do campeonato no 1º jogo. Vários jogadores da escola P.X se decepcionaram com a derrota, principalmente a torcida que estava presente, sem contar o treinador Daniel, que estava esperando uma boa atuação do time; ele queria muito ganhar esse campeonato que, por pouco, não foi do P.X. no ano passado.

⁶ Nomes e siglas alterados para preservar anonimato.

Anexo 2 – Versão final do Artigo de Opinião produzido pelo Grupo “Grêmio” e escolhido pela turma para ser publicado no Jornal.

O uso do boné na escola

Neste ano letivo, muita polêmica tem sido gerada com relação à imposição de uma regra que proíbe o uso do boné em nossa unidade escolar. Será que uma regra que afeta diretamente os alunos não deveria ser antes discutida entre toda a comunidade escolar? A regra foi imposta pela direção de forma arbitrária e, mesmo depois dos protestos dos alunos, foi mantida, sem considerar a opinião destes.

A direção alega que o boné esconde o rosto do aluno, impedindo que os professores notem se ele está prestando atenção na aula, que percebam coisas como olhos vermelhos etc. A realidade é que há outros meios mais simples e eficazes de os estudantes esconderem o rosto, como os simples gestos de abaixar a cabeça, colocar o capuz de uma blusa, sentar no fundo etc.

Outra justificativa da direção é a da falta de higiene, mas tal afirmação carece de solidez, já que depende apenas do aluno manter o boné limpo e o cabelo bem lavado, podendo haver pessoas que não usam boné e que tenham menos higiene do que a de quem usa.

A direção também diz que o boné causa brigas e permite que os alunos escondam coisas, mas o boné não é mais perigoso do que um simples estojo ou outros objetos do tipo.

Além de ser bom para a estética do aluno, o boné ajuda a protegê-lo do sol na educação física, facilitando os jogos praticados ao ar livre, como vôlei de areia. O boné também é uma forma que o aluno encontra de se expressar, mostrar sua “tribo” e demonstrar seu estilo, preservando a sua individualidade. Mas, como respeitar a pluralidade cultural, se os estudantes sequer têm o livre arbítrio de usar um mero acessório que é de sua vontade e o faz se sentir melhor?

De fato, esta imposição tem causado até mesmo constrangimento por parte de alguns estudantes que são obrigados a entregar os seus objetos pessoais nas mãos da direção, tomando assim o tempo dos funcionários, que poderiam se empregar melhor com questões e tarefas mais relevantes.

É claro que alternativas devem ser discutidas para haver consenso entre ambas as partes, mas, para isso, é preciso que haja espaço para argumentação. É importante ressaltar que a democracia é a melhor forma de resolver qualquer assunto em pauta e que todas as idéias têm de ser colocadas de maneira civilizada, respeitando o próximo.